



**DIÁRIO**

**República Federativa do Brasil**

**DO CONGRESSO NACIONAL**

**SEÇÃO II**

**ANO XLIX - Nº 143**

**SÁBADO, 19 DE NOVEMBRO DE 1994**

**BRASÍLIA - DF**

## **CONGRESSO NACIONAL**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 695**, DE 04 NOVEMBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO QUE MENCIONA" (Reedição da MP nº 648/94):

<b>CONGRESSISTAS</b>	<b>EMENDA Nºs</b>
Senador GILBERTO MIRANDA. . . . .	001
Deputado PAULO PAIM. . . . .	002

**MF 00695**

**00001**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 695, de 4 de novembro de 1994.**

**Dispõe sobre a criação dos cargos em comissão que menciona.**

### **EMENDA SUBSTITUTIVA INTEGRAL**

**redação:** Dê-se, à Medida Provisória nº 695, de 4 de novembro de 1994, a seguinte

EXPEDIENTE  
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES  
Diretor-Geral do Senado Federal  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor Executivo  
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR  
Diretor Administrativo  
LUIZ CARLOS BASTOS  
Diretor Industrial  
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA  
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS  
Semestral \_\_\_\_\_ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

"Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a proceder, no prazo de 60 dias a contar da publicação desta Lei, à criação, mediante transformação, sem aumento de despesa, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores destinados:

I - a suprir a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda de 18 cargos DAS 101.3, 84 cargos DAS 101.2 e 174 cargos DAS 101.1;

II - a Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB de um cargo DAS 101.6, 4 cargos DAS 101.4, 8 cargos DAS 101.3, 14 cargos DAS 101.2, 6 cargos DAS 101.1 e 3 cargos DAS 102.2

Art. 2º. São criadas na SUNAB 194 Funções Gratificadas, sendo 147 FG-1, 13 FG-2 e 34 FG-3.

Parágrafo único. A partir da publicação da estrutura regimental da SUNAB, decorrente do disposto nesta Lei, são consideradas extintas as funções de Direção e Assistência Intermediária da SUNAB.

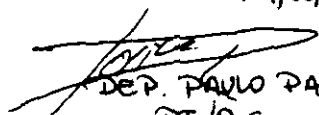
Art. 3º. O Poder Executivo aprovará, no prazo referido no "caput", a estrutura regimental dos órgãos atingidos pela transformação de cargos necessária à implementação do disposto nesta Lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

JUSTIFICAÇÃO

Embora necessário dotar a Secretaria da Receita Federal e a SUNAB de cargos que atendam aos requisitos de suas competências legais e funcionais, entendemos ser mais adequado o atendimento destas necessidades mediante a transformação de cargos atualmente existentes e que estejam vagos ou ociosos na estrutura dos órgãos e entidades da Administração Federal. Além da economia de recursos públicos, dar-se-á, por este meio, utilização mais racional aos cargos de confiança, utilizados de forma aleatória e discricionária pela Administração para finalidades diversas das que justificam sua existência.

Sala das Sessões, 9/11/94

  
DEP. PAULO PAIM  
PT/RS.

**EMENDA Nº , À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 695/1994.**

MF 00695

00002

Inclua-se no texto da Medida Provisória nº 695, de 1994 o seguinte artigo 2º, renumerando os demais:

"Art. 2º Os membros dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda, a estes órgãos vinculados na forma do art. 4º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, perceberão a gratificação de presença de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971, à razão de um vinte avos (1/20), por sessão, da retribuição integral do Cargo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) fixada para os Presidentes dos Conselhos.

Parágrafo único. O Regimento Interno dos Conselhos definirá, o número de sessões mensais de cada uma das Câmaras subordinadas, até o máximo de dezesseis (16), de acordo com o volume de processos em andamento."

**J U S T I F I C A Ç Ã O**

O que se pretende com a presente Emenda é restabelecer a remuneração condigna aos membros dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Trata-se à toda evidência, de medida necessária e urgente, a fim de se conferir aos referidos órgãos judicantes da Administração Tributária o *jeton* compatível com as relevantes funções exercidas pelos integrantes dos Conselhos de Contribuintes.

A defasagem da remuneração chegou ao inaceitável nível correspondente a CR\$ 26.87 (vinte e seis cruzeiros reais e oitenta e sete centavos) o valor pago aos Conselheiros representantes dos contribuintes pelas 8 (oito) sessões que participam mensalmente nas suas respectivas Câmaras julgadoras.

Tal absurdo, que chega às raias do risível, não pode mais perdurar, sob pena de colocar em dúvida a abnegação de cerca de 50 profissionais liberais que, com o sacrifício de muitas horas de trabalho, prestam sua colaboração nos Conselhos supracitados.

Trata-se de medida cujos efeitos financeiros para o Erário são insignificantes, mas que há de contribuir de forma efetiva para o prestígio de tão importantes órgãos da administração Pública.

Sala das Comissões, em

Senador  **Gilberto Miranda Batista**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE AS REGRAS PARA A CONVERSÃO, EM REAL, DAS MENSALIDADES ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS.
Deputado CLEONÂNCIO FONSECA	007, 029, 051, 056, 075, 095, 096, 097.
Deputado JOSÉ TELES	006, 028, 050, 059, 074, 098, 099, 100.
Deputado OSMÂNIO PEREIRA	004, 005, 008, 009, 010, 014, 015, 018, 021, 023, 024, 030, 031, 034, 035, 039, 044, 045, 046, 048, 049, 057, 058, 060, 062, 066, 067, 068, 073, 076, 077, 078, 082, 083, 084, 085, 087, 090, 093, 094, 101, 102, 103, 110, 111.
Deputado PAES LANDINI	002, 027, 047, 055, 070, 086, 107, 108, 109.
Deputado ROBERTO JEFFERSON	001, 022, 033, 040, 041, 053, 054, 069, 079, 089.
Deputado VICTOR FACCIONI	003, 011, 012, 013, 016, 017, 019, 020, 025, 026, 032, 036, 037, 038, 042, 043, 052, 061, 063, 064, 065, 071, 072, 080, 081, 088, 091, 092, 104, 105, 106, 112, 113.

PUBLIQUE-SE, EM  
18/11/94  
Classe

DATA 08/11/94 PROPOSTA Nº 00697

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04 DE NOVEMBRO

AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON

☒ - SUPRESSIVA ☐ - SUBSTITUTIVA ☐ - MODIFICATIVA ☐ - ADITIVA ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

ARTIGO 1º PARÁGRAFO ÚNICO INCISO ALÍNEA

TERCEIRO

Suprima-se o Parágrafo Único do artigo 1º da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994.

JUSTIFICATIVA:

Ao tempo da realização dos acordos entre os estabelecimentos de ensino (contratados) e os contratantes dos serviços educacionais, não havia a descaracterização do ajuste pelo simples pagamento.

O pagamento demonstra o acordo, não se justificando a forma imposta pelo parágrafo único do artigo 1º da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994.

A interferência do Estado é inoportuna e inadequada. É inoportuna porque novamente proporcional a instabilidade na relação escola/família, e inadequada porque se não houvesse o acordo, por certo não haveria o pagamento.

Por derradeiro, em recente julgamento o Supremo Tribunal Federal pronunciou-se pela inconstitucionalidade do presente dispositivo.

MP 00697

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

10/11/94					
Dep. PAES LANDIM					
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> AMENDAMENTOS	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVAS	4 <input type="checkbox"/> ADITIVAS	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVAS	6 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
01	19	Par. Único			

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94.Art. 1º, Par. ÚnicoEMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o parágrafo único do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.

Realmente, ele atinge o ato jurídico perfeito e o direito adquirido: o pagamento de valor proposto, conforme arts. 129, 1079, 1084 do Código Civil e 54 do Código de Defesa do Consumidor, caracteriza aceitação de contrato e assim já se fez entre escolas e seus usuários, configurando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00697

00003

11/11/94	PROPOSTA	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697/94
AUTOR		MP PRONTUÁRIO
DEPUTADO VICTOR FACCIONI		1579-9
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBA		
01/01	ART. 19	Único

Suprimir o parágrafo Único do art. 19.

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.

Realmente ele atinge o ato jurídico perfeito e o direito adquirido: o pagamento de valor proposto, conforme arts. 129, 1079, 1084 do Código Civil e 54 do Código de Defesa do Consumidor, caracteriza aceitação de contrato e assim já fez entre escolas e seus usuários, configurando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

*Victor Faccioni*

MP 697

00004

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

09 / 11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04 de novembro de 1994.
DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	
<input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA
<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> ADITIVA
<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA PARCIAL	
01 de 01	1º Único

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94.Art. 1º. Par. ÚnicoEMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o parágrafo único do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.

Realmente, ele atinge o ato jurídico perfeito e o direito adquirido: o pagamento de valor proposto, conforme arts. 129, 1079, 1084 do Código Civil e 54 do Código de Defesa do Consumidor, caracteriza aceitação de contrato e assim já se fez entre escolas e seus usuários, configurando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

*Osmano Pereira*

CONGRESSO NACIONAL

MP 00697

00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 08 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO 1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº PRONTUÁRIO 5
-------------------------------------	--------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 8	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	-------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Suprima-se o parágrafo único do Art. 1º, da Medida Provisória nº 697 de 04 de novembro de 1994.

JUSTIFICATIVA

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/DF, já considerou inconstitucional o dispositivo.

Realmente, ela atinge o ato jurídico perfeito e o direito adquirido. O pagamento de valores proposto, conforme consta dos artigos 129, 1079 e 1084, do Código Civil e 54 do Código de Defesa do Consumidor, caracteriza aceitação de contrato e assim já se fez entre escolas e seus usuários, configurando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

10 ASSINATURA

MP 697-77

000006

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11 / 11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697/94
DEP. JOSÉ TELES	177
1 <input checked="" type="checkbox"/> PROPOSTA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> REFORMATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GERAL	
01	ART. 1º PARG. ÚNICO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94.Art. 1º, Par. únicoEMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o parágrafo único do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.

Realmente, ele atinge o ato jurídico perfeito e o direito adquirido: o pagamento de valor proposto, conforme arts. 129, 1079, 1084 do Código Civil e 54 do Código de Defesa do Consumidor, caracteriza aceitação de contrato e assim já se fez entre escolas e seus usuários, configurando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.



MI 00697

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11/ 11/ 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697/94
DEP. CLEONÂNIO FONSECA	175
<input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> ABROGATIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GERAL	
D1	ART. 1º    PAR. ÚNICO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94.

Art. 1º. Par. Único

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o parágrafo único do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1129-4/D.F., já considerou inconstitucional o dispositivo.

Realmente, ele atinge o ato jurídico perfeito e o direito adquirido: o pagamento de valor proposto, conforme arts. 129, 1079, 1084 do Código Civil e 54 do Código de Defesa do Consumidor, caracteriza aceitação de contrato e assim já se fez entre escolas e seus usuários, configurando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

MF00697

00008

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 08 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº. PROSTUARID
-----------------------------------	----------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO

Dê-se ao parágrafo único do Art. 1º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994, a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

Parágrafo único. O valor da mensalidade paga, fica caracterizada como tácito acordo entre as partes em estrita consonância com a Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1991.

## JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória provoca redução de preços já contratados e praticados, caracterizando uma inconstitucional retroatividade.

Ressalte-se, ainda, que a Lei 8.869, de 15 de abril de 1994, mencionada na Medida Provisória, se refere a preços de agosto de 1993.

O TEXTO DEVE SER ENTREGUE

ASSINATURA

*[Assinatura]*

11111111

11111111

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 08 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº PRONTUÁRIO 5
-------------------------------------	--------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 8	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	-------------	-----------	--------	--------

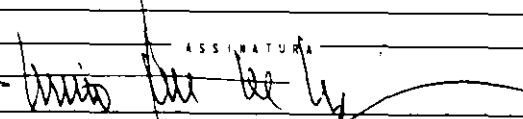
TEXTO

Dê-se ao parágrafo unico do Art. 1º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994, a seguinte redação

Art 1º - O valor da mensalidade cobrado pela prestação de serviços educacionais dos estabelecimentos particulares de ensino, sera o acordado entre estes, pais, alunos, associações de pais e alunos ou entidades de representação estudantil, no caso de estabelecimentos de ensino superior, no ato da assinatura do contrato de prestação de serviços

JUSTIFICATIVA

A conversão dos valores das mensalidades deverá respeitar os contratos em curso, observando que a maior parcela dos estabelecimentos de ensino, por mutuo consentimento, realizou a conversão

12	ASSINATURA 
----	---

MF 00697

00010

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
208 / 11 / 94	1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04/novembro/1994

AUTOR	Nº. PROTOUÁRIO
4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	5

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
7 01 de 01	8			

## TEXTO

Dê-se ao parágrafo único do Art. 1º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994, a seguinte redação:

"Art. 1º - ...

Parágrafo único - O valor das mensalidades, após a conversão, ficará congelada até o final do ano letivo, ficando assegurado o repasse de até 70% (setenta por cento) do reajuste salarial de professores concedido por força de Lei, Convenção Coletiva, Acordo Coletivo ou Sentença Judicial.

## JUSTIFICATIVA

É justo que as escolas dêem também sua colaboração para o sucesso do Plano Real, mantendo as mensalidades escolares congeladas, após a conversão, até o final do ano letivo. No entanto, é importante assegurar-se a elas o direito de repasse de até 70% (setenta por cento) do reajuste salarial de professores que, porventura, tenham elas que conceder no período de congelamento.

10 ASSINATURA

*[Assinatura]*

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

141.600.127

00011

11 / 11 / 94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94

DEPUTADO VICTOR FACCIONI

1579/9

1 ☐ SUPRESSÃO 2 ☐ SUBSTITUIÇÃO 3 ☒ MODIFICAÇÃO 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBA

01/01

1º

Dê-se ao parágrafo único do Art. 1º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1.994, a seguinte redação:

Art 1º...

Parágrafo único - O valor das mensalidades, após a conversão, ficará congelada até o final do ano letivo, ficando assegurado o repasse de até 70% (setenta por cento) do reajuste salarial dos professores concedido por força de Lei, Convenção Coletiva, Acordo Coletivo ou Sentença Judicial.

JUSTIFICATIVA

É justo que as escolas deem também sua colaboração para o sucesso do Plano Real, mantendo as mensalidades escolares congeladas, após a conversão, até o final do ano letivo. No entanto é importante assegurar-se a elas o direito de repasse de até 70% (setenta por cento) do reajuste salarial de professores que, porventura, tenham elas que conceder no período de congelamento.

SIGNATURA

*Victor Faccioni*

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

M-00697

00010

11/11/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94

DEPUTADO VICTOR FACCIONI

1579/9

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☒ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVA G. GBA.

01/01

1º

único

Dê-se ao parágrafo único do Art. 1º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1.994, a seguinte redação:

Art. 1º - O valor da mensalidade cobrado pela prestação de serviços educacionais dos estabelecimentos particulares de ensino, será o acordado entre estes, pais, alunos, associações de pais e alunos ou entidades de representação estudantil, no caso de estabelecimentos de ensino superior, no ato da assinatura do contrato de prestação de serviços.

## JUSTIFICATIVA

A conversão dos valores das mensalidades deverá respeitar os contratos em curso, observando que a maior parcela dos estabelecimentos de ensino, por mútuo consentimento, realizou a conversão.

*Victor Faccioni*

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00697

00013

11 / 11 / 94

PROPOSTA  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94

AUTOR  
DEPUTADO VICTOR FACCIONI

Nº PROPOSTA  
1579/9

1 ☐ SUPLENTE 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☒ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVA E ADITIVA

01/01

1º

Único

TEXTO

Dê-se ao parágrafo Único do Art. 1º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1.994, a seguinte redação:

Art 1º.....

Parágrafo Único. O valor da mensalidade paga, fica caracterizada como tácito acordo entre as partes em estrita consonância com a Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1.991.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória provoca redução de preços já contratados e praticados, caracterizando uma inconstitucional retroatividade.

Resalte-se, ainda, que a Lei 8.869, de 15 de abril de 1.994, menciona na Medida Provisória, se refere a preços de agosto de 1.993.

ASSINATURA

*Victor Faccioni*

14-000000

00014

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 88 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04/novembro/1994
----------------------	---

AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº PROPRIÁRIO 5
-------------------------------------	--------------------

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 8	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------------------	-------------	-----------	--------	--------

## TEXTO

Acrescente-se ao Art 1º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994, o seguinte parágrafo:

Art. 1º - ...

§ ... - A escola pode optar pela conversão dos preços vigentes no ato da assinatura do contrato entre as partes, se calculados com observância do disposto na Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1991.

## JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória não pode ter efeito retroativo, por prejudicar ato jurídico perfeito consubstanciado na prática de preço calculado conforme lei anterior vigente.

10 ASSINATURA *Osmano Pereira*

MP 697

00015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 208 / 11 / 94	PROPOSIÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04/novembro/1994
-----------------------	---

AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	Nº PROTOJURIO 5
-------------------------------------	--------------------

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

7 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

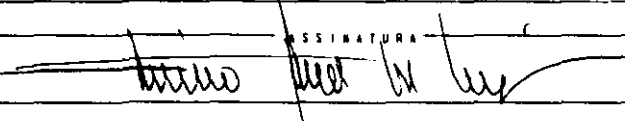
Acrescente-se ao Art 1º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais:

Art. 1º - ...

§ 1º - Consideram-se como valores das mensalidades convertidas para URV, os que forem fixados pelo estabelecimento para pagamento inicial referente à matrícula de 1.994, em conformidade com a Lei nº 8.170, de 17 de janeiro de 1991, art. 2º

JUSTIFICATIVA

A emenda objetiva deixar claro os valores que devem ser levados em conta e que foram fixados de acordo com a legislação vigente à época, para garantir o respeito aos contratos já assinados pelas partes, os quais podem ser considerados como atos jurídicos perfeitos e acabados, devendo, portanto, ser respeitados.

10	ASSINATURA 
----	---

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

HF00527

00016

11/ 11/ 94	PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04
AUTOR DEPUTADO VÍCTOR FACCIONI	Nº PROPOSTA 1579/9
1 <input type="checkbox"/> SUPLENÇA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADIÇÃO 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL	
DATA 01/01	ART. 1º <i>ultraresumo</i>

Acrescente-se ao Art. 1º, da Medida Provisória nº.697, de 04 de novembro de 1.994, o seguinte parágrafo:

Art 1º -...

§1º - Consideram-se como valores das mensalidades convertidas para URV, os que forem fixados pelo estabelecimento para pagamento inicial referente à matrícula de 1.994, em conformidade com a Lei nº 8.170, de 17 de janeiro de 1.991, art. 2º.

## JUSTIFICATIVA

A emenda objetiva deixar claro os valores que devem ser levados e que foram fixados de acordo com a legislação vigente à época, para garantir o respeito aos contratos já assinados pelas partes, os quais podem ser considerados como atos jurídicos perfeitos e acabados, devendo, portanto, ser respeitados.

ASSINATURA  
*Victor Faccioni*

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

HP 00627

00017

11/11/94

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94

DEPUTADO VICTOR FACCIONI

1579/9

1            2            3            4            5            6            7            8            9            10           

01/01

18

2010

Acrescente-se ao Art. 10, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994, o seguinte parágrafo:

Art. 12 -...

§... - A escola pode optar pela conversão dos preços vigentes no ato da assinatura do contrato entre as partes, se calculados com observância no disposto da Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1991.

**JUSTIFICATIVA**

A Medida Provisória não pode ter efeito retroativo, por prejudicar ato jurídico perfeito consubstanciado na prática do preço calculado conforme a lei anterior vigente.

**Abstract**

Control

MF00697

00018

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 08 / 11 / 94		3 PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04/novembro/1994	
4 AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		5 Nº PROTOCOLO	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PACA 01 de 01	8 ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO ALÍNEA
9 TEXTO			
<p>Suprima-se os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 2º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994:</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Se o pagamento da mensalidade convertida está sendo feito sem contestação pelas partes, presume-se que houve entendimento entre elas, caracterizando-se, portanto o acordo previsto no "caput" do Art. 2º.</p>			
10 ASSINATURA			

O DADO DEVE SER DATILADO E MANEJADO EM 4 VIAS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00697

00019

11 / 11 / 94 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94

AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI

Nº PROPOSTA 1579/9

1 X SUPRESSÃO 2 SUBSTITUTIVA 3 MODIFICATIVA 4 ADITIVA 9 SUBSTITUTIVO GERAL

01/01 2º 4º

Suprima-se o parágrafo quarto do Art. 2º, da Medida Provisória 697, de 04 de novembro de 1994.

JUSTIFICATIVA

O presente artigo busca legitimar a participação do Ministério Público; entretanto, afronta a Constituição Federal.

ASSINATURA

*Victor Faccioni*

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00697

00020

11 / 11 / 94 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94

AUTOR DEPUTADO VICTOR FACCIONI

Nº PROPOSTA 1579/9

1 X SUPRESSÃO 2 SUBSTITUTIVA 3 MODIFICATIVA 4 ADITIVA 9 SUBSTITUTIVO GERAL

01/01 2º 1º, 2º, 3º, 4º

Suprima-se os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 2º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1.994.

JUSTIFICATIVA

Se o pagamento das mensalidades convertidas está sendo sendo feito sem a contestação pelas partes, presume-se que houve entendimento entre elas, caracterizando-se, portanto o acordo previsto no "caput" do Art. 2º.

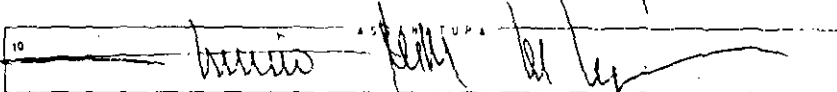
ASSINATURA

*Victor Faccioni*

11500697

0001:1

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 08 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO 1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04/novembro/1994	
AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		Nº PRONTUÁRIO 5	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 1	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA
TEXTO			
9 Suprima-se o parágrafo quarto do Artigo 2º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994  JUSTIFICATIVA  O presente artigo busca legitimar a participação do Ministério Público, entretanto afronta a Constituição Federal			
10 			

DATA 08/11/94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04 DE NOVENBRO I	
AUTOR Deputado ROBERTO JEFFERSON			
1 <input checked="" type="checkbox"/> -SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> -SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> -MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> -ADITIVA <input type="checkbox"/> -SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 4º	INCISO ALÍNEA
TEXTO			
Suprima-se o Parágrafo quarto do artigo 2º da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994.			

JUSTIFICATIVA:

O presente artigo tem por objetivo tentar legitimar a participação do Ministério Público, entretanto afronta a Constituição Federal.

ASSINATURA

MP00697

00023

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 08 / 11 / 94		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04/novembro/1994	
AUTOR DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		Nº. PROTOUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 2º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994, a seguinte redação:

"Art. 2º - Ficam convalidadas as conversões de mensalidades escolares de cruzeiros reais para Unidade Real de Valor (URV), decorrentes de acordos realizados por estabelecimentos de ensino com pais, alunos ou associações de pais e alunos, na vigência das Medidas Provisórias 434, 457 e 482, de 1994, e da Lei 8.880, de 27 de maio de 1994

JUSTIFICATIVA

Além de um aperfeiçoamento na redação, objetiva esta emenda complementar o dispositivo que se refere apenas à Medida Provisória nº 434 de 1994, sendo que é necessário se respeitar também às Medidas Provisórias 457 e 482, ambas de 1994.

ASSINATURA

MF 00597

00034

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
08 / 11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04/novembro/1994

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA	

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01 de 01				

## TEXTO

Dê-se ao § 2º, do Art. 2º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994, a seguinte redação:

Art. 2º -

§ 2º - Os estabelecimentos de ensino, contratados e os responsáveis legais, contratantes, permanecerão utilizando os valores já convertidos, salvo modificações por mútuo consentimento ou decisão judicial.

## JUSTIFICATIVA

A iniciativa do Estado deve servir apenas para inibir os eventuais abusos, não devendo, entretanto, intervir diretamente na relação de custo benefício que envolve a questão, vez que tal ato deve ser respeitado pela autonomia das partes em livremente realizarem seus contratos, observando que os valores já praticados em URV e Real, anteriores à presente Medida Provisória, foram objeto de livre acordo entre as partes, somente se justificando sua modificação por mútuo consentimento ou por decisão judicial.

10 

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF00677

00025

11/11/94 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94

DEPUTADO VICTOR FACCIONI 1579/9

1 - SUPRESSÃO 2 - SUBSTITUIÇÃO 3 - MODIFICAÇÃO 4 - ADITIVO 5 - TRANSFERÊNCIA DE TEXTO

01/01 29 22

Oñ-se ao § 2º, do Art. 2º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994, a seguinte redação:

Art. 2º - ...

§2º - Os estabelecimentos de ensino, contratados e os responsáveis legais, contratantes, permanecerão utilizando os valores já convertidos, salvo modificações por mútuo consentimento ou decisão judicial.

JUSTIFICATIVA

A iniciativa do Estado deve servir apenas para inibir os eventuais abusos, não devendo, entretanto, intervir diretamente na relação de custo benefício que envolve a questão, vez que tal ato deve ser respeitado pela autonomia das partes em livremente realizar seus contratos, observando que os valores já praticados em URV e Real, anteriores à presente Medida Provisória, foram objeto de livre acordo entre as partes, somente se justificando sua modificação por mútuo consentimento ou por decisão judicial.

*Outfederal*



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

10/11/94			
Dep. PRES LANDIM			
1	2	3	4
01	29	§ 3º	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94.

Art. 1º, § 3º

Emenda Aditiva.

Acréscimo, no final do § 3º, a expressão:

"devendo as entidades mencionadas estar apoiadas por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos pais de alunos matriculados no estabelecimento ou dos estudantes, no caso de ensino superior".

JUSTIFICAÇÃO

Sem o acréscimo, as entidades ficam legitimadas para propor ações judiciais sobre preços de mensalidades, mesmo que ao arrepio ou contra a vontade de pais de alunos do estabelecimento.

*Pres Landim*

MP00697

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00028

11 / 11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697/94
DEP. JOSÉ TELES	177
<input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> EMENDAS 4 <input type="checkbox"/> ADITIVAS 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL	
01	ART. 2º § 3º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94.Art. 2º, § 3º

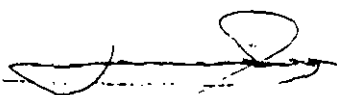
Emenda Aditiva.

Adicionar, no final do § 3º, a expressão:

"devendo as entidades mencionadas estar apoladas por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos pais de alunos matriculados no estabelecimento ou dos estudantes, no caso de ensino superior".

JUSTIFICAÇÃO

Com o acréscimo, as entidades ficam legitimadas para propor ações judiciais sobre preços de mensalidades, mesmo que as acepiem ou não, e controla-se, por fim, o abuso do poder econômico.



147000077

000027

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

11/ 11 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697/94
DEP. CLEONÂNCIO FONSECA	175
1 <input type="checkbox"/> SUPLENTE 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICADORA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GERAL	
01	ART. 2º § 3º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, DE 04/11/94.

Art. 2º, § 3º

Emenda Aditiva.

Acrescentar, no final do § 3º, a expressão:

"devendo as entidades mencionadas estar apoiadas por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos pais de alunos matriculados no estabelecimento ou dos estudantes, no caso de ensino superior".

JUSTIFICAÇÃO

Com o acréscimo, as entidades ficam legitimadas para propor ações judiciais sobre preços de mensalidades, mantendo-se, assim, a finalidade principal de atuação do

MF 30697

00030

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 08/11/94		PROPOSIÇÃO 1 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 697, de 04/novembro/1994	
AUTOR 4 DEPUTADO OSMÂNIO PEREIRA		Nº. PRONTUÁRIO 5	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01	ARTIGO 8	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA
TEXTO			
9 <p>Acrescente-se ao final do § 3º do art. 2º, da Medida Provisória nº 697, de 04 de novembro de 1994, a expressão.</p> <p>"... devendo as entidades mencionadas estar apoiadas por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos pais de alunos matriculados no estabelecimento ou dos estudantes, no caso do ensino superior."</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Sem o acréscimo, as entidades ficam legitimadas para propor ações judiciais sobre preços das mensalidades, mesmo que ao arrepio, ou contra a vontade de pais de alunos do estabelecimento.</p>			
10 ASSINATURA			